

DESENVOLVIMENTO PARA QUEM? OS T'S DOS LGBTT+ E O MERCADO DE TRABALHO EM DUAS CIDADES DE MATO GROSSO DO SUL – COXIM E CAMPO GRANDE

Antonio Henrique Maia Lima¹

CONTEÚDO

Resumo	2
Resumen	2
Abstract.....	3
1 Considerações iniciais	4
2 Alguns esclarecimentos metodológicos	5
3 Os dois T's do LGBTT+.....	7
4 Esse tal desenvolvimento: para quem?.....	15
5 Travestis e transexuais no mercado de trabalho em duas cidades de Mato Grosso do Sul – Coxim e Campo Grande	23
6 Considerações finais: estruturação cíclica do preconceito	29
Referências	33

¹ Professor Universitário, Cientista Social e Advogado. Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Bolsista do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

RESUMO

O presente estudo aborda a temática do desenvolvimento humano do ponto de vista de transexuais e travestis. Para isso, o desenvolvimento humano é entendido como direito humano fundamental, tal como prevê o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nesse sentido, o raciocínio basilar da investigação é o seguinte: preconceito, violência, terrorismo psicológico e redução à condição de piada são apenas alguns dos elementos que contribuem para uma vida sem qualidade, sem bem-estar individual dessas pessoas, sendo, portanto, elementos que inviabilizam seu desenvolvimento humano, o que, por sua vez, é impedimento do pleno gozo de seus direitos humanos. Sob esse direcionamento foram feitas entrevistas semiestruturadas que forneceram discursos que foram posteriormente analisados. O recorte analítico do artigo é a realidade de transexuais e travestis (os “t” da sigla LGBTT+, aqui tomados como sigla provocativamente, num tom de crítica a redução de parcelas inteiras da população a uma letra numa sigla) no mercado de trabalho de duas cidades de Mato Grosso do Sul: Coxim e Campo Grande. Chegado o momento de assumir as respectivas diferenças, essas pessoas se veem em situação de vulnerabilidade, pois as instituições lhes são negligentes, fazendo com que marginalização social seja um destino certo. Nessa perspectiva, lhes são negados o direito à educação, à convivência familiar e comunitária, ao trabalho digno, dentre outros. Tais direitos são imprescindíveis para a fruição da qualidade de vida, que é requisito para o desenvolvimento humano, que, por sua vez, é um direito humano. Logo, essa dinâmica preconceituosa é prejudicial ao bem-viver dessas minorias,

Palavras-chave: 1. Desenvolvimento. 2. LGBTT+. 3. Mercado de Trabalho. 4. Direitos

RESUMEN

Este artículo aborda el tema del desarrollo humano desde el punto de vista de transexuales y travestis. El desarrollo humano se entiende como un derecho humano fundamental, tal como lo establece el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. En este sentido, el razonamiento básico de la investigación es el siguiente: prejuicio, violencia y hostigamiento son solo algunos de los elementos que contribuyen a una vida sin calidad, sin el bienestar individual de estas personas, siendo elementos que hacen inviable su desarrollo humano. A su vez, es un impedimento para el pleno disfrute de sus derechos humanos. Bajo esta dirección, se realizaron entrevistas semiestructuradas que proporcionaron discursos que luego se analizaron. El esquema analítico del artículo es la realidad de los transexuales y travestis (las letras “t” del acrónimo LGBTT +, tomadas aquí de manera provocativa, en un tono de crítica para reducir partes enteras de la población a una letra en un acrónimo) en el mercado laboral de dos ciudades. de Mato Grosso do Sul: Coxim y Campo Grande. Cuando ha llegado el momento de asumir sus diferencias, se encuentran en una situación vulnerable, ya que las instituciones son negligentes con ellas, lo que hace de la marginación social un destino seguro. Desde esta perspectiva, se les niega el derecho a la educación, a la vida familiar y comunitaria, al trabajo decente, entre otros. Tales derechos son esenciales para el disfrute de la calidad de vida, que es un requisito previo para el desarrollo humano, que, a su vez, es un derecho humano. Por lo tanto, esta realidad de prejuicio es perjudicial para el bienestar de estas minorías.

Palabras-clave: 1. Desarrollo 2. LGBTT +. 3. Mercado laboral. 4. Derechos

ABSTRACT

This article addresses the theme of human development from the point of view of transsexuals and transvestites. Human development is understood as a fundamental human right, as provided for by the United Nations Development Program. In this sense, the basic reasoning of the investigation is as follows: prejudice, violence and harassment are just some of the elements that contribute to a life without quality, without individual welfare of these people, being elements that make their human development unfeasible. In turn, it is an impediment to the full enjoyment of their human rights. Under this direction, semi-structured interviews were conducted that provided speeches that were later analyzed. The analytical cut of the article is the reality of transsexuals and transvestites (the “t” of LGBTT+, here taken provocatively, in a tone of criticism to reduce whole portions of the population to one letter in an acronym) in the labor market. cities of Mato Grosso do Sul: Coxim and Campo Grande. When the time has come to assume their differences, they find themselves in a vulnerable situation, as institutions are negligent to them, making social marginalization a sure destination. In this perspective, they are denied the right to education, family and community life, decent work, among others. Such rights are essential for the enjoyment of the quality of life, which is a prerequisite for human development, which, in turn, is a human right. Therefore, this reality of prejudice is detrimental to the well-being of these minorities.

Keywords: 1. Development 2. LGBTT +. 3. Labor Market. 4. Human Rights.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é resultado de uma série de reflexões feitas após a defesa de um mestrado em desenvolvimento local e fruto de inquietações inicialmente sobre violações dos direitos humanos das pessoas LGBTTT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, entre outros) no Brasil e no mundo, especialmente na atmosfera de um tal “desenvolvimento inclusivo” que vêm se impondo nos últimos anos. Após o contato com as literaturas do Desenvolvimento Local, principalmente da área de Desenvolvimento Humano surgiram espontaneamente as questões norteadoras da pesquisa, dentre as quais uma preocupação com a realidade dessa população no mercado de trabalho local (tem-se como referência o estado de Mato Grosso do Sul). Essa série de reflexões resultou em diversos artigos que já foram publicados, estão por ser publicados e ainda alguns que se encontram em fase de elaboração. Apesar do caráter jurídico da questão o enfoque deste trabalho é eminentemente interdisciplinar, identidade essa que jamais deve ser perdida. A interdisciplinaridade permite a mútua ajuda entre as ciências, de modo que naquilo que uma não dê conta, outra pode vir ao seu socorro. Nesse sentido, usou-se e abusou-se desse socorro intelectual, tendo em vista que são abordados assuntos e autores do direito, da sociologia, da economia, da linguística, da filosofia, da antropologia e de várias outras ciências humanas e sociais, cujos ensinamentos se fizeram necessários para compor o arsenal argumentativo usado para atender aos objetivos da pesquisa. Nesse viés, entende-se que partindo do princípio de que o desenvolvimento é um direito humano e que, qualidade de vida é um requisito para o desenvolvimento, logo, pode-se concluir que a qualidade de vida é requisito também, para a fruição dos direitos humanos, que têm como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana.

Preconceito, violência, atmosfera de terror, abuso psicológico e redução à condição de piada são apenas alguns dos elementos que contribuem para uma vida sem qualidade, sem bem-estar individual das minorias de gênero. Portanto, são elementos que inviabilizam o desenvolvimento humano dessas pessoas, o que, por sua vez, é impedimento do pleno gozo dos seus direitos humanos. Essa é a tese fundamental da presente dissertação e, para comprová-la, nasceu-se a necessidade de possibilitar para essas pessoas a voz, ou seja, o direito de falar por si mesmas, sem a intervenção de um pretense “expert” no assunto.

Nesse sentido, fugindo à toda velocidade de uma tentativa de “dar voz” a um suposto objeto de pesquisa, o que buscamos nas próximas linhas é tão somente apresentar uma interpretação embasada em uma técnica de falas que por si só seriam mais que suficientes para embasar qualquer conclusão, no entanto, a ritualística acadêmica aprisiona o pesquisador “entre” o público pesquisado e o público para qual a pesquisa se destina, como um interlocutor, que nem sempre, ou quase nunca é, de fato, necessário ou imprescindível. Assim é defendida a ideia de que ninguém está melhor apto a falar de sua própria realidade, seus próprios sofrimentos e alegrias senão quem de fato os sente. O agente do desenvolvimento local deve ter essa sensibilidade.

Neste texto será trazido o produto da coleta e análise de dados, obtidos na fase de campo da pesquisa. Esses dados foram entendidos como discursos e como tais foram analisados, de modo a subsidiar a teoria defendida nos capítulos anteriores. Aqui será apresentada a voz dos entrevistados naquilo que seja pertinente ao intuito da pesquisa, sendo analisada pelas técnicas de análise de conteúdo. Os discursos perquiridos formaram substancial material de análise que possibilitou a uma conclusão favorável à linha de pensamento apresentada, qual seja, um ambiente de trabalho socialmente insalubre é entrave flagrante ao desenvolvimento local, humano e social.

2 ALGUNS ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com as lições de Minayo (2009) um bom pesquisador é um bom perguntador, e quão melhor perguntador ele for melhor, e mais frutuosa será sua pesquisa. Ainda para a autora, a entrevista como forma de coleta de dados é a estratégia mais usada no processo de pesquisa social de campo. A entrevista é em primeiro plano uma conversa a dois, ou entre muitos interlocutores, realizada pela iniciativa de um entrevistador objetivando a construção de informações importantes à pesquisa. É uma conversa com finalidade que se caracteriza pela sua forma de organização. Sob essa ótica, optou-se aqui por um roteiro de entrevista aberto, na tentativa de proporcionar um maior alcance para os discursos dos entrevistados, uma vez que se objetiva chegar ao âmago das questões levantadas, a ponto de poder, no final, compreender a realidade de vida dos entrevistados, seus anseios enquanto pessoas humanas, suas percepções em relação à vida com qualidade e suas necessidades na perspectiva humana.

Por fim, formular uma noção do que é o desenvolvimento humano, ou em escala humana, do ponto de vista das minorias de gênero. Minayo (2009, p. 64) conceitua esse tipo de coleta de dados como “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”. Evidenciadas tais questões, o roteiro de entrevista foi composto por tópicos a serem abordados acerca do tema da pesquisa a fim de forjar substancial matéria para a análise dos discursos proferidos. As entrevistas foram realizadas entre 2014 e 2015 em dois municípios de Mato Grosso do Sul: Coxim e Campo Grande. Os entrevistados foram voluntários autodenominados transexuais, travestis ou intersexuais com idades entre 18 e 56 anos, de diversos níveis de instrução e de renda. Ao todo foram realizadas 21 entrevistas, das quais 10 foram selecionadas para compor o conjunto de discursos abordados no artigo: 5 entrevistas cujos entrevistados se identificavam como “transexual” e 5 entrevistas cujos entrevistados se identificavam como “travesti”. A amostragem é do tipo não-probabilística intencional.

O roteiro das entrevistas foi guiado por eixos temáticos com vistas à categorização dos discursos nas seguintes áreas: educação, convívio familiar e social e mercado de trabalho e um último de tema livre, no qual os entrevistados tinham liberdade de falar sobre o assunto que desejassem ou julgassem relevante para o assunto abordado na pesquisa. No eixo livre, as temáticas abordadas foram diversas, porém todas se correlacionaram de alguma forma com os seguintes temas: 1) o que é ser transexual, travesti ou intersexual, 2) como agem e 3) como se veem frente à religião e prostituição. Cada um dos Eixos Temáticos tratados nas entrevistas foi sequencialmente numerado, de modo a facilitar a abordagem e a análise dos discursos proferidos. Os discursos citados foram transcritos na íntegra sem transcrição, pois se acredita que o discurso puro possibilita um maior alcance de análise. Porém, quando o entrevistado fez alguma referência a objetos ou pessoas sem mencionar expressamente, de acordo com o contexto da entrevista, foram acrescentadas tais referências por escrito entre parênteses ao longo dos próprios discursos. Nomes de pessoas, cidades, instituições e qualquer referência que possibilite o reconhecimento foram reduzidos às iniciais.

Cada eixo temático foi discutido em artigos científicos diferentes, alguns já publicados. O enfoque do presente artigo é justamente o eixo temático “Mercado de Trabalho”.

3 OS DOIS T's DO LGBTT+

A problemática de gênero e sua repercussão sempre estiveram presentes nas discussões que envolvem o comportamento humano, as masculinidades e as feminilidades e suas variações, principalmente na esfera sexual. Para Louro (1996), o conceito de gênero veio a contrapor-se ao conceito de sexo. Este último refere-se às diferenças biológicas entre homem e mulher, enquanto o primeiro diz respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, isto é, às características e às atitudes atribuídas a cada um deles, em cada sociedade. É o agir e o se sentir como homem ou como mulher em cada contexto sociocultural. Sociologicamente sexo se refere às diferenças anatômicas e fisiológicas que caracterizam o corpo masculino e o corpo feminino, respectivamente. Gênero, por sua vez, estende-se às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre as pessoas de ambos os sexos. O gênero se associa às noções socialmente construídas de masculinidades e/ou feminilidades e não é, necessariamente, um produto intrínseco à biologia do indivíduo (GIDDENS, 2004).

As diferenças biológicas entre os sexos (corpo masculino e corpo feminino) e a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode ser vista como uma justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros inclusive em relação aos papéis sociais de cada um, como, por exemplo, na divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2002).

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo, desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença de uma relação mimética entre gênero e sexo, na qual gênero reflete o sexo ou é por ele restrito (BUTLER, 2003, p. 24).

Ainda de acordo com Butler (2003), o gênero nem sempre é constituído coerentemente ou consistentemente nos diferentes contextos históricos, ele estabelece interseções com modalidades raciais, clássicas, étnicas, sexuais e regionais de identidades

discursivamente construídas. O resultado dessa interação é a impossibilidade de separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais (relações de poder ou de dominação) em que invariavelmente ela é produzida e mantida. A biologia, a partir deste ponto de vista, não é considerada o “destino” dos seres, já que ninguém é naturalmente homem ou mulher, masculino ou feminino, pois tais adjetivos são resultados de um processo cultural que amolda as identidades de gênero em determinado tempo e espaço (contexto social). Bourdieu (2002) referenda essa argumentação defendendo que a produção ou (re)produção dos gêneros está engendrada nas relações de dominação, que ditam o sistema socialmente construído de possibilidades de manifestação. Nesse sentido, segundo o autor, a realidade social condiciona a subjetividade de gênero. Admitindo-se que o gênero é socializado, isto é, os papéis de gênero são formados a partir da ação de agentes sociais, como a família, a mídia e a escola, tem-se que ele é desenvolvido no indivíduo através de contatos com tais agentes sociais, e por meio de uma progressiva interiorização das normas e expectativas sociais que correspondem ao sexo. As diferenças de gênero são determinadas pela cultura, não pela biologia, razão pela qual existem as desigualdades de gênero, pois homens e mulheres são socializados em papéis diferentes (GIDDENS, 2004 e 2005).

Na perspectiva de Felipe (2012), além da ideia de gênero também é importante compreender o que se chama de identidade sexual, que é o modo como se direciona o desejo e o prazer humanos, se são pessoas do sexo oposto, de ambos os sexos ou do mesmo sexo. Assim é importante ressaltar que na presente pesquisa não se discutirá sobre a identidade ou a orientação sexual dos indivíduos, mas tão somente às questões de gênero, isto é, a identidade adotada por, ou atribuída a uma pessoa, baseando-se no sexo, na psicologia ou no papel social por ela exercido.

O gênero, nos dizeres de Guerra (2012), a partir dessa perspectiva sociocultural, é construído num processo que envolve inúmeras variáveis, tais como circunstâncias, experiências, papéis sociais, históricos e culturais. Esse processo não é ordenado ou linear e é alterável pelas relações de poder, não estando encerrado numa ordem biológica, predeterminada. Sob essas ponderações, quando se tem a notícia de que uma mulher em uma família qualquer está grávida, imediatamente, muito antes mesmo da curiosidade

sobre a saúde do feto, se tem a curiosidade sobre seu sexo. O sexo do futuro bebê é o ponto de partida para uma série de idealizações permeadas por desejos, sonhos, esperanças e vontades dos genitores e familiares que pré-moldarão de imediato a futura vida. Quando o bebê nascer, do seu nome à cor do seu quarto, ou de seu enxoval, absolutamente tudo estará pronto a partir dos desejos, dos anseios e dos ideais de sua família, que se baseou apenas na verificação da existência ou não de um pênis na gênese corporal do pequeno ser.

Após o nascimento já se criam na família inúmeras expectativas, da educação à profissão, tudo em função do sexo da criança. Essas expectativas estão ancoradas na concepção naturalista de gênero que explica os comportamentos masculinos e femininos a partir do sexo de nascimento, uma forma confortável e fácil de entender o assunto, já que não possibilita problematizações, justificando-se tudo a partir do discurso do “já se nasce assim” (FELIPE, 2012). Sob esse ponto de vista o gênero se manifesta a partir da genitália com a qual a criança nasceu, sendo a sina daqueles que nascerem com pênis serem machos, apresentarem comportamentos de machos e assumirem o papel social de homem e daquelas que nascerem com vagina serem fêmeas, apresentar comportamentos de fêmea e assumirem o papel social de mulher, desprezando por completo outras variáveis importantes. A isso se chama de heteronormatividade, termo cunhado pela primeira vez por Michael Warner em *Introduction: Fear of a Queer Planet* em 1991, que envolve expectativas, demandas e obrigações sociais em função do gênero das pessoas.

Foucault (1999) denuncia e analisa a invenção de “sexualidades menores” por meio do discurso para os processos sociais de regulação e de normalização. Como salienta Miskolci (2009, p. 154) “os teóricos queer compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder”, e ainda “sublinham a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença”. Nos estudos queer todas as inquietações de Foucault ganham um nome – heteronormatividade:

Um nome que esclarece tanto a que ele direciona à ordem social como seus procedimentos neste sentido. A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade (MISKOLCI, 2009, p. 156).

A heteronormatividade é uma preocupação constante das instituições (família, igreja, escola, etc.) que se dedicam à ideia de que os seres humanos se dividem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea, e que cada sexo possui papéis naturais predefinidos na vida. Dessa forma, sexo físico (de nascimento), identidade de gênero e papel social de gênero devem enquadrar todas as pessoas dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, consideradas normais. Tudo aquilo que se encontrar fora desse padrão é tido como anormal, doentio, desvio de conduta, sofrendo, conseqüentemente, inúmeras formas de discriminações (FELIPE, 2012).

Essa concepção binária (macho ou fêmea, homem ou mulher) se sustenta em linhas tênues, uma vez que, apesar de toda a argumentação do discurso naturalista, o “problema” das minorias nunca foi solucionado. Em razão disso, historicamente em relação às minorias de gênero existe um discurso autoritário, moralista e religioso de culpabilização, que simultaneamente a) condena a existência da característica diferente, b) atribui ao indivíduo diferente a responsabilidade por ser diferente, c) promove a reprovação do diferente pela totalidade do grupo dominante, mais homogêneo, d) obriga direta ou indiretamente o indivíduo diferente a abrir mão de sua diferença (se possível) para assegurar a manutenção da identidade e do pertencimento ao grupo dominante, e) sugere ao grupo dominante punições ao indivíduo diferente que se negue a ou não possa abrir mão de sua diferença e f) promove a exclusão do indivíduo diferente do grupo dominante. Esse processo, que está na essência da marginalização e da exclusão social sofrida pelas minorias de gênero, é reproduzido a todo o momento, implícita ou explicitamente, e é adotado também por boa parte da mídia. Essa visão heteronormativa é responsável por uma série de fatos em relação às minorias de gênero, como, por exemplo, a disseminação do ódio e da intolerância, crimes com características homofóbicas e/ou transfóbicas, pela atual situação de vulnerabilidade das minorias de gênero, pela marginalização sofrida pelas mesmas, por suicídios embebidos nesse tipo de discurso etc.

Gênero, portanto, é um conceito construído por meio da socialização do indivíduo. É algo socialmente estabelecido e atribui aos homens e às mulheres seus respectivos papéis e identidades. Porém, como salienta Giddens (2004, p. 114), “as diferenças de gênero raramente são neutras – em quase todas as sociedades, o gênero é uma forma significativa de estratificação social. O gênero é um fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidades e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam”. Homens e

mulheres, masculinidades e feminilidades, esse binômio de significações atribui valores diferentes a cada um, de acordo com o contexto sociocultural de cada sociedade. Nessa perspectiva, apesar de as mulheres serem maioria em números absolutos nas sociedades contemporâneas, tornam-se minoria nas relações de poder. É verdade, no entanto, que a lentos passos isso está mudando.

Essa caracterização não tem como objetivo fazer surgir um eventual terceiro gênero, mas, em relação às expectativas sociais e às tendências de associação entre sexo e gênero, acabam essas pessoas recaindo na periferia da sociedade, sofrendo, por consequência de sua diferença, de sua transgeneridade e/ou transexualidade, todo o processo de exclusão social, preconceitos e até mesmo violência, típicos das minorias. Assim são consideradas minorias de gênero em função do preconceito de gênero que sofrem e não somente preconceito por conta da orientação sexual ou preconceito sexual, como é o caso dos homossexuais. A concepção binária, clássica da sexualidade e do gênero, demonstra o caráter discricionário de sua própria manifestação, de modo que, em relação à transexualidade, a compreensão da dinâmica entre o sexo e o gênero está condicionada à diferença sexual e à hipótese de uma heterossexualidade natural para os corpos (Bento, 2004). Limitar as identidades de gênero a apenas duas seria uma forma de manter o cenário social. É certo que a definição de gênero alberga relações de poder. Gênero é um efeito de uma prática discursiva, que é efeito e uma prática reguladora que possui um objetivo determinado (KNUDSEN, 2007). Apenas no final do século XX e início do século corrente foi possível vislumbrar uma modificação desse discurso patologizador.

Transexuais são, assim, pessoas que nascem com determinado sexo biológico, mas que se sentem pertencentes ao gênero oposto. Não há duplicidade em sua aparência ou estrutura física sexual. No entanto sentem que seu corpo não corresponde à sua identidade, à sua alma. Sentem desconforto ao olhar para seus genitais, não se tocam nem permitem que outras pessoas o façam. No caso dos biologicamente homens, tentativas de mutilações do pênis podem ocorrer, tamanho o horror de não ter seu corpo em correspondência com o seu sentimento (Picazio, 1999). É uma autopercepção convicta e permanente da pessoa como pertencente não somente ao sexo, mas também ao gênero oposto. Este sentimento não se limita aos aspectos externos ou corporais, mas passa por todo um sistema subjetivo através do qual um homem, por exemplo, pensa, age e percebe a si mesmo inserido na

sociedade como uma mulher (Winck, 2007). É uma mulher prisioneira de um corpo masculino ou um homem prisioneiro no corpo feminino (CHILAND, 2008).

O “conceito” de transexualidade é consolidado em alguns aspectos. Porém, enquanto Picazio (1999), Winck (2007) e Chiland (2008), em seus conceitos trazem a aversão ao corpo biológico e a necessidade de mudança de sexo como característica geral do(a) transexual. Bento (2004) é do parecer que a existência desses deslocamentos não significa que todos os(as) transexuais exigem as mesmas intervenções cirúrgicas. Pelo contrário, muitos não as querem. Reivindicam somente um reconhecimento formal, como a mudança de documentos, por exemplo. Nesse caso, a aparência do gênero identificado é obtida por outros meios, como hormônios, silicone, maquiagem, etc. A ideia de generização, como se todos os transexuais fossem iguais, nunca é bem-vinda. Para a autora, as pessoas vivem diferentes níveis de conflitos e divergências com as normas de gênero e, muitas vezes, divergem do que foi estabelecido como “transexual oficial” que odeia o corpo, que é assexuado, que deseja realizar as cirurgias para que possa exercer a sexualidade “normal”, a heterossexualidade, com o órgão apropriado. O que reivindicam, em verdade é uma inteligibilidade social. Não há, portanto, uma transexualidade oficial, mas sim transexualidades. “Se a sociedade divide-se em corpos-homens e corpos-mulheres, aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano” (BENTO, 2004, p. 170).

Note-se que o conceito da OMS leva em consideração somente o que Bento (2004 e 2006) chama de “transexual oficial”. A respeito disso a autora (2006) argumenta que é necessário desconstruir o caráter patologizante atribuído pelo saber oficial à experiência transexual, começando-se pela problematização da linguagem que cria e localiza os sujeitos que vivem a essa experiência. Na lógica da patologização, o saber oficial nomeia as pessoas que passam pelo processo transexualizador de mulher para homem, de “transexuais femininos”, e de homem para mulher de “transexuais masculinos”. Nesse raciocínio os(as) transexuais nunca conseguirão se desvencilhar do seu destino biológico, já que o gênero. O significante da transexualidade será sempre o de nascimento, sempre negando e recordando todo o tempo que ele ou ela nunca será um homem ou uma mulher de verdade. Outro ponto negativo da patologização da transexualidade, segundo Bento (2006), é o fato de os(as) transexuais serem “reféns” de seus médicos. Ou seja, dentro da relação de poder instalada entre médicos e pacientes, essa relação é incrivelmente desigual.

Os(as) pacientes esperam das mãos de seus médicos um laudo indicando a possibilidade de cirurgia. Essa relação, dita “de gato e rato”, obriga os(as) transexuais a proferirem o discurso que se quer ouvir, atribuindo a si mesmo(a) uma patologia, ainda que seja somente para instigar a “autorização” para a realização da intervenção cirúrgica. Estas, segundo a autora, são as regras do jogo do “dispositivo da transexualidade”. “A transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha nem é um capricho” (Jesus, 2013, p. 14). Sob essas bases, no Manual de Comunicação LGBT (S/D, p. 17) o indivíduo transexual é definido como a “pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeter a intervenções médico-cirúrgicas para realizar a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída”. Diante de tais discussões, é preciso deixar claro que no presente trabalho dissertativo a transexualidade será tratada como experiência de vida, mera condição psíquica do indivíduo e jamais como doença, distúrbio ou transtorno. É defendida totalmente pelos argumentos apresentados a despatologização da transexualidade e qualquer referência às transexuais femininas e aos transexuais masculinos será feita em total consonância com a subjetividade dos sujeitos (nome social), deixando de lado, portanto, a conotação oficial da Organização Mundial da Saúde.

Já o termo “travesti” com significado aproximado do contemporâneo, isto é, associado ao uso erótico de roupas do sexo oposto e como categoria clínica, foi utilizado pela primeira vez em 1910 por Hirschfeld, que já defendia que o desejo de se travestir com roupas associadas ao sexo oposto não está ligado diretamente à orientação sexual (LEITE JÚNIOR, 2011). Existem inúmeras discussões sobre uma definição de travesti. A mais tradicional associa o travesti ao papel ou à função social de cada uma das identidades de gênero. Nesse sentido Picazio (1998) define os(as) travestis como uma minoria mais numérica que os transexuais, constituída de pessoas que se identificam mais com o papel social do outro sexo do que com aquele do seu próprio. Segundo o autor, é errônea a visão que se tem de que os travestis são transexuais não operados. Não há correlação, pois os(as) travestis geralmente estão perfeitamente satisfeitos com seus órgãos sexuais. São inverdades, igualmente, que todos são homens (que se vestem de mulher), que todos sejam

homossexuais (existem muitos travestis heterossexuais), e que todos sejam trabalhadores do sexo (há travestis em praticamente todas as profissões), sendo tais inverdades meros estereótipos, fruto do grande preconceito dispensado a essas pessoas.

A grande questão que sobrevoa o estudo da travestilidade é a da intensidade das diferenças entre os(as) transexuais e travestis. As diferenças no conceito de Picazio (1998) soam claras, associando a transexualidade à necessidade do trânsito definitivo (físico e social) entre os sexos, ao passo que a travestilidade deve ser associada de forma restrita ao papel social de cada sexo e não a mudanças anatômicas. Seguindo o mesmo padrão de pensamento, Millot citado por Knudsen (2007), concorda com Picazio, mostrando que os travestis “brincam” com o gênero por meio de fenótipos, roupas e comportamentos miméticos, demonstrando o caráter simbólico da identidade de gênero. Porém a própria Knudsen (2007), juntamente com Bento (2006), defende outro ponto de vista:

Mas o travesti também altera o corpo, como bem sabemos. Próteses de silicone nas mamas, nas nádegas, nas maçãs do rosto, raspagem do pomo de Adão, injeções de hormônio frequentes para alteração da voz, diminuição dos pelos, enfim toda uma série de procedimentos que fazem de sua relação com o corpo uma relação de transformação (KNUDSEN, 2007, p. 103-104).

Essa discussão requer novamente a abordagem do que Bento (2006) chama de inteligibilidade social. Segundo a autora o corpo é uma espécie de instrumento a serviço do ser, enquanto indivíduo dotado de vontades e desejos. Significa dizer que o corpo não é estático, tampouco determinado pela natureza, mas um processo dinâmico, constantemente ativo, transmutável, incrementável, podendo, desse modo, desafiar e exceder as normas sociais convencionadas sobre sexo e gênero. “Nos transexuais existe um processo de construção dos corpos que buscam ajustar-se ao modelo dimórfico. Mas existem também aqueles, como os drag kings, as drag queens e os travestis, que jogam com as ambiguidades e reconstroem seus corpos com este objetivo” (Bento, 2006, p. 161). Na perspectiva de gênero como ato performativo, homens e mulheres também estão permanentemente se refazendo por meio do discurso que proferem, por meio de seus gestos, de seu vestuário e de intervenções cirúrgicas em seus corpos. A prova disso são as cirurgias plásticas de embelezamento ou mesmo cirurgias de alargamento do pênis (KNUDSEN, 2007, p. 105).

Frente a tamanha variedade de concepções sobre a travestilidade, utilizar-se-á nesta pesquisa a definição fornecida pela ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e

Transexuais) no Manual de Comunicação LGBT (S/D), que define o(a) travesti como sendo a pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitos(as) travestis modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém isso não gera uma regra. Os(as) travestis não querem realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança do órgão genital). Diante da definição da ANTRA, reconhece-se a existência e a importância de muitos outros conceitos, alguns talvez até mais apropriados. Porém, no momento da coleta de dados, em que entrevistas foram feitas e depoimentos ouvidos, é importante utilizar-se das definições mais usuais nos próprios círculos das minorias de gênero na expectativa de se eliminar qualquer tipo de ruído ou possíveis dificuldades de compreensão naquilo que for abordado. Dessa forma, elimina-se também, por parte do pesquisador, a chance de, mesmo que sem a intenção, utilizar-se de concepções teóricas outras que poderão dificultar ou comprometer a percepção dos dados, uma vez que aqui não se tem a intenção de discutir conceitos nessa altura da pesquisa.

4 ESSE TAL DESENVOLVIMENTO: PARA QUEM?

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1995, 2010), o Desenvolvimento Humano difere do Desenvolvimento Econômico, uma vez que, o segundo mede ou percebe o bem-estar de uma sociedade baseando-se nos recursos ou na renda que ela pode gerar. Para Sen (2000) esta é uma das perspectivas mais restritas do Desenvolvimento, que o identifica como o inchaço do Produto Nacional Bruto, das receitas pessoais, que se preocupa com a industrialização, com o avanço contínuo das tecnologias e com a modernização social. O olhar do Desenvolvimento Humano, por seu turno, busca voltar-se diretamente para as pessoas, bem como para suas oportunidades e capacidades. O acúmulo de bens, a renda ou a riqueza, nessa perspectiva, são fatores relevantes, mas se apresentam como elementos de meio no processo de Desenvolvimento e não como um fim em si. Trata-se de verdadeira desconstrução do senso comum sobre o Desenvolvimento, de uma impactante mudança de perspectiva, uma vez que, no Desenvolvimento Humano, o crescimento econômico é desfocado em favor do crescimento da pessoa humana por meio de suas possibilidades rumo a uma vida com mais qualidade – não na dimensão material

somente, mas também na dimensão imaterial, isto é, psicológica e, até mesmo, espiritual, priorizando o bem-estar individual e o respeito à dignidade humana.

A concepção contemporânea de Desenvolvimento Humano ou em Escala Humana se embasa primeiramente nas regras da Organização das Nações Unidas – ONU sobre os Direitos Universais do Homem (1948), o Direito ao Desenvolvimento (1986) e os anuários publicados pelo PNUD e interpretações de diversas áreas do conhecimento, que vêm se sedimentando desde então. Os direitos humanos, segundo Bobbio (1988), não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Esta ideia é defendida, também, por Hannah Arendt (1989) quando propõe que tais direitos sejam uma invenção humana, em constante construção e reconstrução. Esse processo de sedimentação analisa os direitos humanos e os contextualizam dentro de uma realidade social e histórica e é importante para o amadurecimento do conceito, da compreensão e da aplicabilidade desses direitos à realidade, dada a sua indiscutível importância, em tempos de tamanha globalização.

A compreensão recente de Direitos Humanos, segundo Piovesan (2006, p. 6) “compõe um construído axiológico, fruto da nossa história, de nosso passado, de nosso presente, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social”. Ainda segundo a autora, essa concepção é fruto da crescente internacionalização dos direitos, movimento recente, cuja essência foi o fim da Segunda Guerra Mundial, nascendo como resposta às atrocidades cometidas no conflito. O intuito precípua dessa nova leva de direitos é redesenhar o cenário internacional tendo como paradigma um referencial ético ocidental e como princípio central a dignidade da pessoa humana.

Vale dizer, no âmbito do Direito Internacional, começa a ser delineado o sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos. É como se se projetasse a vertente de um constitucionalismo global, vocacionado a proteger direitos fundamentais e limitar o poder do Estado, mediante a criação de um aparato internacional de proteção de direitos (PIOVESAN, 2006, p. 7).

Ainda nos dizeres de Piovesan (2006, p. 9), “o processo de universalização dos direitos humanos permitiu a formação de um sistema internacional de proteção destes direitos, [...] na busca da salvaguarda de parâmetros protetivos mínimos – do ‘mínimo ético irreduzível’”. Há quem diga, no entanto, que os Direitos Humanos são “[...] um outro princípio do pertencer-se coletivamente num horizonte moderno de unidade” (Sloterdijk, 1999, p. 60), utilizados como mecanismo possibilitador de uma “hiperpolítica”.

A interpretação das Nações Unidas do Desenvolvimento como direito humano foi o primeiro e o maior passo em favor da formulação de novas propostas de Desenvolvimento valorizando o “ser” ao invés do “ter” em uma referência aos imperativos do consumismo capitalista, tido como uma espécie de “obsessão” do mundo ocidental. Essas novas concepções permitem a antropocentralização no processo de desenvolvimento, isto é, desenvolver pelo homem e para o homem. Montoro (2009, p. 29-30) apresenta-se como defensor desses “novos direitos” quando comenta sobre a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, na qual menciona-se que a crescente violação dos direitos humanos, sejam em escala social ou individual, flagrantes situações decorrentes do colonialismo, neocolonialismo, apartheid e similares, racismo, dominação estrangeira, ocupações, agressões e ameaças constantes à soberania de diversas nações, além das já cotidianas ameaças de guerra, contribuem para o estabelecimento de normas de fomento ao estabelecimento de condições propícias para o desenvolvimento da humanidade. Ainda sob as reflexões do autor, o Desenvolvimento mencionado é o ponto central de uma discussão que envolve economia, sociedade, cultura e política, que visa ao incremento do bem-estar de toda a humanidade enquanto indivíduos aptos à participação ativa, livre e significativa no processo de desenvolvimento e na distribuição de seus benefícios. A primeira Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) possibilitou que fossem traçadas novas estratégias para assegurar a erradicação da pobreza, das desigualdades sociais, etc., e delineou novos rumos, perspectivas e conceitos acerca do desenvolvimento. A grande contribuição da referida Declaração, como já mencionado, foi a inclusão do ser humano como sujeito central do processo desenvolvimentista, sendo o protagonista desse processo e ao mesmo tempo o beneficiário direto. Nesse viés, dentre inúmeras outras importantes preocupações, a Declaração se diz inquieta com a negação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais a qualquer ser humano, conforme se extrai do fragmento abaixo, de seu introito:

Preocupada com a existência de sérios obstáculos ao desenvolvimento, assim como à completa realização dos seres humanos e dos povos, constituídos, inter alia, pela negação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e considerando que todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes, e que, para promover o desenvolvimento, devem ser dadas atenção igual e consideração urgente à implementação, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e que, por conseguinte, a promoção, o respeito e o gozo de certos direitos humanos e liberdades fundamentais não podem justificar a negação de

outros direitos humanos e liberdades fundamentais [...] (Res. 41/128, ONU, 1986).

O citado trecho, juntamente com artigos posteriores, inaugura a concepção dos direitos humanos elencados na Declaração Universal de 1948 enquanto direitos não somente relativos ao desenvolvimento, mas também direitos que possibilitam o desenvolvimento humano, inclusive individual. É dizer: “é direito de todo ser humano lutar pelo seu pleno desenvolvimento”. “O desenvolvimento humano complementa, assim, a realização dos direitos

humanos através de uma atenção contínua às interligações entre objectivos, prioridades e compensações estratégicas” (PNUD, 2010, p. 19). A noção de liberdades fundamentais do homem será muito importante para a compreensão do Desenvolvimento Humano ou em Escala Humana, tal qual se defenderá a seguir. Significa dizer que nada justifica no contexto do Desenvolvimento Humano, a negativa de direitos inerentes à pessoa humana relativos às suas liberdades fundamentais, ou seja, à sua natureza enquanto ser dotado de dignidade. A liberdade fundamental pode ser compreendida, portanto, como sendo o direito essencial intrínseco à existência humana e, portanto, indisponível conforme se extrai do texto da Declaração:

Art. 1º, §1º: O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados (Res. 41/128, ONU, 1986).

Novamente a Declaração de 1986 se refere à necessidade de se ver os direitos humanos e as liberdades fundamentais desfrutados. Nesse sentido, mais que um direito, o gozo e a fruição das liberdades fundamentais do homem devem ser uma realidade e os estados, segundo o Artigo 2º, da própria Declaração, têm o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento que visem ao constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e dos indivíduos, promovendo a distribuição equitativa dos benefícios resultantes desse processo. Sen (apud Piovesan, 2006, p. 11-12), concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas podem usufruir, sendo uma finalidade em si mesma, por meio do desenvolvimento como liberdade. Segundo ele, “a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de

liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade” (SEN, 2000, p. 18).

Na percepção apresentada, o Desenvolvimento Humano com Direito Humano constrói-se a partir das liberdades humanas, que, por sua vez, se sintetizam numa liberdade fundamental. Significa dizer que o Desenvolvimento é feito ou factível em função do ser humano e não somente de questões econômicas. Ser desenvolvido não equivale a ser rico, pois questões outras emergem a partir desta colocação. Tais reflexões permitiram, pois, a apresentação ou a introdução da temática, bem como a contextualização na presente proposta de pesquisa. Apesar disso há a necessidade de pormenorizar o Desenvolvimento Humano ou em Escala Humana para finalmente adequá-lo de modo claro e objetivo, perfeitamente ao intuito da pesquisa, que é trazê-lo à realidade das minorias de gênero.

Existem três elementos das capacidades humanas, fundamentais para o Desenvolvimento Humano: i) as liberdades de processos, ou seja, a liberdade para as pessoas dirigirem suas próprias vidas, ii) as oportunidades a elas proporcionadas e iii) os princípios inerentes à justiça que definem os processos e os resultados através das populações, do tempo e do espaço. A faixa verde é o mundo partilhado, que interliga as liberdades e a sua expansão, que devem ser alcançadas dentro dos limites éticos estabelecidos pela partilha dos recursos limitados do planeta (PNUD, 2010). Relatório Anual de 2014 o PNUD tem como diretriz para o Desenvolvimento Humano fomentá-lo, diminuindo as vulnerabilidades. Para isso, o órgão das Nações Unidas desenvolveu o conceito de vulnerabilidade e suas correlações com a temática desenvolvimentista, partindo do princípio de que não se pode ter a plena consciência do progresso do Desenvolvimento Humano sem explorar e avaliar a questão das vulnerabilidades humanas. O conceito de vulnerabilidade adotado pelo PNUD, na acepção desenvolvimentista, é mais amplo que o conceito literal, enfatizando as estreitas relações entre a redução da vulnerabilidade e o fomento ao Desenvolvimento Humano. Dessa forma, entende-se por vulnerabilidade humana a descrição da possibilidade de deterioração das capacidades e opções das pessoas, ou seja, sua liberdade fundamental.

No relatório de 2014, se argumenta em favor da crescente necessidade de melhorar de maneira perene e sustentável as capacidades dos indivíduos e das sociedades com o fim de reduzir as vulnerabilidades, muitas já estruturadas e interligadas ao ciclo de vida das pessoas. Desta feita o progresso do Desenvolvimento Humano deve ser esculpido

pelo fomento de sua resiliência para garantir a solidez das opções, atuais e futuras, das pessoas e sua capacidade de autodeterminação. Existem três grupos principais de pessoas consideradas vulneráveis. O primeiro constitui uma minoria social, tais como os pobres e os trabalhadores informais, suscetíveis às crises econômicas e sanitárias por terem suas capacidades (político-econômicas) limitadas. O segundo grupo constitui-se das minorias de gênero, dos deficientes, dos migrantes e dos improdutivos do ponto de vista capitalista, passíveis de sofrerem com os desastres naturais, as mudanças climáticas e os perigos oriundos das atividades industriais por estarem localizados em lugares desestruturados socialmente, pela posição social que ocupam e pelas condições de vida. O terceiro e último grupo compõe-se de comunidades e regiões consideradas vulneráveis por serem suscetíveis a conflitos políticos e civis em decorrência da sua pouca coesão social, das falhas de suas instituições políticas e da deficiência de governança.

Uma política voltada para um Desenvolvimento alternativo, que centraliza o homem no processo desenvolvimentista, é, para Max-Neef (1993), uma política voltada para a satisfação das necessidades humanas em sentido amplo, transcendente à racionalidade econômica dominante, pois esta compromete o ser humano em sua totalidade. “Las relaciones que se establecen – y que pueden establecerse – entre necesidades y sus satisfactores, hacen posible construir una filosofía y una política de desarrollo auténticamente humanista” (MAX-NEEF, 1993, p. 49). Ainda segundo o autor, as necessidades humanas revelam a face mais convincente do ser das pessoas, porque é palpável em sua condição existencial. Se se quiser avaliar um meio social em função das necessidades humanas é preciso examinar em que medida o meio reprime, tolera, ou estimula, que as possibilidades disponíveis ou dominantes sejam recriadas e ampliadas pelos próprios indivíduos ou grupos que o compõem. A construção de um Desenvolvimento mais humano exige a compreensão da dialética entre necessidades, satisfatores e bens econômicos para pensar formas de organização econômica em que os bens potencializem os satisfatores para as vivências das necessidades em sua plenitude. Assim, compreende-se que as necessidades humanas têm caráter universalista, porém a forma com que os satisfatores se manifestam varia em cada sociedade, cultura ou grupo social, razão pela qual se defende que políticas desenvolvimentistas devem ser idealizadas do micro para o macro, ou seja, do indivíduo humano para a sociedade. Apesar disso algumas características das necessidades humanas também têm caráter universal, atingindo

qualquer ser humano, independentemente do tempo e do lugar que se encontrem. Max-Neef (1993, p. 48) assim as enumera:

a) cualquier necesidad humana fundamental no satisfecha de manera adecuada produce una patología; b) hasta el momento, se han desarrollado tratamientos para combatir patologías individuales o de pequeños grupos; c) hoy en día, nos vemos enfrentados a una cantidad de patologías colectivas que aumentan de manera alarmante, para las cuales los tratamientos aplicados han resultado ineficaces; d) para una mejor comprensión de estas patologías colectivas es preciso establecer las necesarias transdisciplinariedades.

Desenvolvimento humano têm por base o melhoramento da qualidade de vida, o respeito às diversidades e ao princípio da dignidade da pessoa humana. Nas palavras de Elizalde, Max-Neef e Hopenhayn (2010, p.37) “esta otra racionalidad se orienta por el mejoramiento de la calidad de vida de la población y se sustenta en el respeto a la diversidad y en la renuncia a convertir a las personas en instrumentos de otras personas y a los países en instrumentos de otros países”. Essa colocação faz surgir novos questionamentos acerca do Desenvolvimento em Escala Humana, qual seja: o que é qualidade de vida? Os mencionados autores assim respondem: “La calidad de vida dependerá de las posibilidades que tengan las personas de satisfacer adecuadamente sus necesidades humanas fundamentales” (2010, p. 16). Percebe-se, por conseguinte, que a adequada satisfação das necessidades humanas é o pré-requisito para uma vida com qualidade. Sob tal requisito é prudente afirmar que qualidade de vida é um assunto muito debatido na contemporaneidade e que não se tem um consenso a respeito da temática; tem-se, sim, uma série de estudos voltados para diferentes áreas do conhecimento, nos quais foi aprofundado um conceito específico para cada uma delas. Para (Barbosa, 1998), por exemplo, a qualidade de vida é obtida a partir de elementos objetivos (sociais) e subjetivos, baseados na percepção que os indivíduos constroem em seu meio. Segundo Almeida, Gutiérrez e Marques (2012, p. 15), “identificam-na em relação ora à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma falando que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar”.

Walsh (2010, p. 29) entende a qualidade de vida como a possibilidade de satisfação das necessidades básicas. Está interligada ao bem-estar individual, de acordo com categorias ontológicas (ser, ter, fazer) e axiológicas (subsistência, compreensão, afeto, participação, etc.). É responsabilidade do indivíduo conseguir esse “bem-estar”. Nesse contexto entende-se que “bem-estar” é uma percepção de mundo, baseada em

subjetividades formadas a partir das significações que o indivíduo tem daquilo que lhe é bom, afável, agradável, etc. Esse conjunto de significações está apto a permitir ao homem autodeterminar-se “feliz”, encaixando-se como elemento subjetivo da qualidade de vida. É importante frisar que essas significações em algum momento se equivalem aos satisfatores das necessidades humanas que, como já foi demonstrado, proporcionam a sensação de “bem-estar”, de satisfação ou análogos.

Para Siqueira e Padovam (2008, p. 202), é possível relatar um adequado nível de bem-estar quando o indivíduo reconhece a manutenção de um nível elevado de satisfação com a vida, alta frequência de experiências emocionais positivas e em contrapartida, baixa frequência de experiências emocionais negativas. Para os autores, o bem-estar, enquanto percepção subjetiva, tornou-se um importante indicador de qualidade de vida. Esse jogo de anseios e satisfações não deve ser entendido como meros estados psicológicos, ou patológicos, dos indivíduos, mas como instrumentos aptos a diferenciar os níveis de bem-estar que as pessoas conseguem alcançar em suas vidas (Diener *apud* Siqueira e Padovam, 2008, p. 202).

Sob tais prerrogativas defende-se que a noção real de qualidade de vida somente pode ser obtida a partir de percepções subjetivas em desfavor de elementos objetivos. Tal afirmação é possível partindo-se da compreensão de que os satisfatores das necessidades humanas são mutáveis, adequáveis à realidade individual de cada pessoa, sendo somente ela própria capaz de descrever o que lhe proporciona o bem-estar. Nesse viés o único pré-requisito universal que se pode verificar para a fruição do bem-estar individual é, justamente, a aptidão do ser humano de autodeterminar-se, pautando-se nas liberdades humanas e na possibilidade de satisfação apropriada de suas necessidades humanas. A compreensão de uma qualidade de vida com base em subjetividades é bastante sólida, uma vez que, já em 1995, a Organização Mundial da Saúde (OMS) entendia que a qualidade de vida é a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Diante de tais ponderações, é possível concluir que a qualidade de vida, compreendida como requisito para o Desenvolvimento deve estar embasada nas particularidades de cada indivíduo e suas próprias percepções acerca do “bem-estar”. Tais percepções devem ser, por sua vez, concebidas num contexto favorável ao próprio

indivíduo, ou seja, num ambiente onde lhes sejam asseguradas as condições necessárias para o exercício de suas liberdades humanas. Há a necessidade de um contexto socialmente construído a partir da liberdade, da autonomia, da coexistência e da inclusão social, de modo a assegurar ao indivíduo a possibilidade de ser protagonista de sua própria história, gestor de suas próprias condições de vida e sem riscos para esse exercício. Esse contexto favorável é factível a partir da igualdade de oportunidades, de boas condições sócio-político-econômicas e também, culturais. Para finalizar tais reflexões um exemplo deve ser citado, que é o papel social/institucionalizado da mulher, no qual, segundo Rodrigues (apud Marques, 2013), não há mulher que se sinta bem em seu papel de mulher quando comparado ao papel do homem. Inclusive as mulheres que não tiveram uma educação tradicional, que estudam e trabalham, que têm independência econômica, sentem que não tiveram e não têm oportunidades iguais às dos homens. Essa disparidade é um empecilho cultural para a fruição do “bem-estar”, da qualidade de vida, das liberdades humanas e, consequentemente, do Desenvolvimento em Escala Humana dessas mulheres. Agora, cumpre questionar: para travestis e transexuais referidas relações entre qualidade de vida e desenvolvimento humano aparentemente se dão de forma ainda mais problemática e intensa. Nessa perspectiva é que este artigo se propõe a demonstrar, ainda que em pequena amostragem, como os direitos humanos relativos ao desenvolvimento humano passam longe de ser respeitados no que diga respeito a essas parcelas da sociedade, os “t” da sigla LGBTQ+.

5 TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO MERCADO DE TRABALHO EM DUAS CIDADES DE MATO GROSSO DO SUL – COXIM E CAMPO GRANDE

O direito a um trabalho digno também está amplamente previsto nas legislações pertinentes aos direitos humanos em âmbito internacional, na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho e em legislações esparsas em âmbito nacional. É importante ressaltar que o acesso ao trabalho não basta estar assegurado, tendo que ser também considerado adequado, não violando os princípios gerais dos direitos humanos, especialmente a dignidade da pessoa humana. Segundo a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seus artigos 23 e 24, todas as pessoas têm direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção

contra o desemprego, bem como a um salário equivalente ao trabalho empregado que lhe permita uma existência digna e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social. Sob tais alegações, nasce a necessidade de se verificar como se dá a relação das minorias de gênero abordadas nesta pesquisa com o mundo do trabalho em seus diferentes estágios, contratação, manutenção e desligamento. A pretensão era, por meio dos discursos, poder informar se as minorias de gênero recebem tratamentos diferenciados nessa dinâmica.

As Ideias Centrais foram numeradas dentro de cada Eixo Temático em sequência numérica. Os discursos, por sua vez, foram precedidos da letra “D” e enumerados em sequência dentro de cada uma das Ideias Centrais, de modo que não há correlação entre os discursos ordenados com o mesmo número em Ideias Centrais distintas, da mesma forma que não há correlação ordenada com os entrevistados, o que quer dizer que “D1” na Ideia Central 1 não tem correlação com “D1” na Ideia Central 2, tampouco significa que foram proferidos pelo mesmo entrevistado. Aqui será tratado apenas os discursos pertinentes

Ideia central 1: A diferença nunca dificultou o acesso ao trabalho formal e a segmentação dos ambientes de trabalho

D1: No serviço nunca tive problema em questão de preconceito, em questão de nada, no meu serviço é de boa, até porque sempre trabalhei com beleza.

D2: Quando eu era mais nova trabalhei no mercado do meu irmão, então não tive problema.

D3: Eu só mexo com cabelo. A vida toda.

É perceptível nos discursos D1, D2 e D3, que a inclusão profissional, na maioria das vezes, ocorre em áreas ligadas à beleza ou em empresas familiares. Logo, não se pode afirmar que nas demais áreas, possa ocorrer a tão sonhada inclusão profissional, sem que haja alguma forma de rejeição social, como por exemplo, a exigência de ir ao trabalho “desmontada”.

Ideia central 2: A diferença impossibilitou ou impossibilita o acesso ao trabalho formal

Na Ideia Central 2 há um antagonismo em relação à Ideia Central 1. Aqui se apresentam categorias analíticas edificadas a partir de práticas discursivas que corroboram com a ideia de um ambiente de trabalho pouco receptível às diferenças sexuais e de gênero.

D1: Eu tinha na minha cabeça que a partir do momento que eu assumisse isso (a transexualidade) eu ia perder tudo que eu tinha. Que eu ia perder o emprego.... perdi!.

D2: Eu sempre trabalhei com informática, eu trabalhava com eventos, eu nunca fiquei sem emprego (antes de assumir a transexualidade). A partir do momento que eu me assumi, que eu ia nos lugares pedir emprego com essa imagem feminina que eu tenho hoje e as pessoas falavam que eu não me encaixava no perfil da empresa. Então assim eu passei um pouco de raiva.

D3: Eu sinto hoje em dia quando vou procurar emprego e a pessoa diz que eu não me encaixo na empresa.

No discurso D1 assumir a própria identidade trouxe inicialmente medo da perda de emprego, confirmada quando de fato, essa atitude provocou a demissão. Em D2 e D3 há um reforço do conteúdo do discurso D1 da Ideia Central 1 quanto à estigmatização das minorias em setores profissionais que não estejam ligados às áreas de beleza, de moda ou empresas familiares. Isso se expressa em “eu ia nos lugares pedir emprego com essa imagem feminina que eu tenho hoje e as pessoas falavam que eu não me encaixava no perfil da empresa” e “eu sinto hoje em dia quando vou procurar emprego e a pessoa diz que eu não me encaixo na empresa”.

D1: Eu vinha trabalhando na A. mas lá ganhava muito pouco. Hoje sou obrigada a me prostituir.

D2: É fácil criticar as travestis que se prostituem, mas ninguém quer dar emprego pra gente. Muitas vezes a pessoa que negou emprego pra gente de manhã é a pessoa que vai atrás de programa com a gente à noite.

Os discursos D1 e D2 evidenciam a vulnerabilidade das minorias de gênero frente às expectativas sociais e profissionais, diminuídas em razão das dificuldades enfrentadas. O sentimento de desqualificação, de segregação do convívio laboral propicia o sentimento de marginalidade, muitas vezes imposto pela própria sociedade, levando o entrevistado a buscar na prostituição uma forma de sobrevivência humana. Essa marginalização tem correlação direta com os eixos anteriores de análise, tanto em relação à educação e à presença da família na aceitação e acolhimento quanto na vida profissional que se torna o reflexo das problemáticas enfrentadas pelas minorias de gênero no decorrer da vida. Por reflexo dos eixos anteriores é possível imaginar que a vida das minorias de gênero no mercado de trabalho também encontra sérias dificuldades. Primeiramente, é conveniente

avaliar a Ideia Central 1, que em uma primeira análise cria a falsa impressão de que não há dificuldades para que essas pessoas consigam se empregar, porém em uma análise discursiva um pouco mais aprofundada a verdade se revela. Segundo os discursos, transexuais e travestis femininos principalmente não sentiram ou sentem dificuldades de adentrar no mercado de trabalho, desde que voltado para especialidades do mundo feminino, tal como moda e beleza. Novamente as mulheres se apresentam mais tolerantes em relação a essas minorias.

Esse fato apresenta uma realidade que reflete o mundo heteronormativizado, ou seja, existem profissões para homens e existem profissões para mulheres. É natural, nesse sentido, que transexuais e travestis femininos sejam aceitas em um ambiente de trabalho dominado pelas mulheres, tal como moda e beleza, ao passo que os transexuais e travestis masculinos são mais bem aceitos em um contexto voltado ao mundo masculino. Esses são reflexos de uma sociedade também machista, na qual homens e mulheres têm seus papéis muito bem definidos, ainda que esses homens e mulheres tenham nascido de maneira diferente da convencional.

A Ideia Central 2 revela outra realidade, na qual as pessoas que assumem seu gênero e que não compactuam com essa “divisão de tarefas” são duplamente marginalizadas. O(a) travesti, o(a) transexual e o(a) intersexual carrega com sigilo o estigma de ser ou ter sido do mesmo sexo que os pretensos colegas de trabalho, os clientes e o empregador. e por isso não são bem-vindos nesse nicho laboral. Certamente a existência desse fato se deve, mais uma vez, à ignorância e a pouca profundidade de discussões, cuja tendência é sempre tornar sinônimos o gênero e o sexo, além do excessivo preconceito. Essa estranheza se consubstancia na prática a um temor de ser associado à parcela das minorias

. A transexual, intersexual ou travesti feminino não é bem vinda em uma empresa de informática, por exemplo, de predominância masculina, pois afinal, na cabeça das pessoas é um homem vestido de mulher, um gay ou algo nesse sentido, cuja presença é verdadeira ameaça à masculinidade, “absoluta” naquele tipo de ambiente, ou por querer se aproveitar da situação e fazer algum tipo de “gracinha” de cunho sexual. Da mesma forma, o transexual, intersexual ou travesti masculino não é bem-vindo a um ambiente predominantemente feminino, pelas mesmas razões, por ferir a moral daquelas mulheres ou por representar algum tipo de ameaça, afinal se trata de uma ex-mulher, que a qualquer

momento pode se aproveitar da situação para tirar algum tipo de proveito sexual. O fato é que em ambas as situações, o preconceito aflora na mesma medida que a falta de conhecimento e os argumentos usados são os mais diversos possíveis, desde que capazes de justificar o fato daquela pessoa não ser do “perfil” da empresa. Outra questão importante a ser discutida é quando um membro das minorias de gênero consegue um emprego, este é geralmente mal remunerado, pois ocupa um cargo de pouca importância, de pouco contato com o público, etc. Essa, dentre outras razões, apresenta uma outra face do mundo estereotipado das minorias de gênero, especialmente os(as) travestis e transexuais, de que uma importante maioria vive às custas do corpo, no mercado sexual, ou no mercado de drogas, ou ainda, em ambos simultaneamente.

É fato que muitos(as) transexuais e travestis se prostituem, porém se analisado o contexto de vida dessas pessoas se tornam visíveis as causas desse fenômeno. Fala-se de pessoas que geralmente não tiveram a oportunidade de terminar os estudos, pois pela escola foram negligenciadas. Pessoas que muito cedo precisaram ser autossuficientes na vida, sozinhos, pois a família e a sociedade lhes deram as costas. Fala-se de pessoas que não têm ou tiveram a oportunidade de trabalhar. Diante dessa realidade o (sub)mundo da prostituição parece atrativo, pois é rentável e é um (sub)mundo em que as pessoas vivem escondidos, à margem do palco principal da vida social e, por isso, os pré-conceitos e pré-julgamentos do cotidiano são menos frequentes, o que não significa que não impactam.

D1: Na rua todo mundo olha. Os homens mexem, tem aquelas velhas que até fazem o sinal da cruz. Tem gente que joga pedra, joga lata de cerveja, cospe, uns querem bater. Daí eles esquecem que ali tem uma parte homem também, daí né... a travesti vai se defender, dá uma surra no cara e depois vai pras capas do jornal como se ela que tivesse ido atrás de confusão.

D2: Tem cada tipo de louco nessa vida. Eles param a gente na rua pra fazer as propostas mais absurdas que você imaginar. Eles acham que a gente por ser trans somos obrigadas a fazer e a satisfazer todas as loucuras deles. Daí quando a gente se nega eles começa a tratar a gente mal, como se a gente fosse obrigadas sabe? Não querem pagar, enfim... Tenta empurrar droga na gente. Vire e mexe aparece gente morta nos motéis né? É por causa disso.

D3: As travestis da C. e S. têm que fazer sociedade com os carinhas barra pesada, porque lá o negócio é feio. Então elas se juntaram pra se garantir né. Afinal passa um doido por você, te dá um tiro e você nem sabe porque.

D4: Aqui na avenida, pra cima da rotatória eu conheço elas tudinho. O primeiro ponto é da S., o segundo era da D., o terceiro é o da H., mais pra cima, depois do terminal é o da K. Essa eu nem troco muita ideia, porque ela já matou até policial. Tem que ser assim, porque até a polícia, às

vezes, mexe com a gente, só pra dar susto sabe? Como se a gente tivesse ali pra animar as noites deles. Podendo ir atrás de bandido né?. A D. por exemplo, queria muito sair dessa vida, coitada. Ela queria tirar os peitos e voltar a ser homem, porque ela dizia que era muito mais fácil. Coitadinha dela, morreu sem realizar esse sonho. Aquela ali sofreu muito na vida heim... A D. coitada, quantas vezes não apanhou na rua. Lembra do trilho? Então... Uma vez uns caras fingiram que queriam fazer programa e levaram ela pra lá, jogaram ela da moto em movimento. A coitada caiu em cima do trilho e foi para no hospital, com a coxa toda machucada, criou uma bolha de sangue do tamanho de uma bola, teve que drenar, cortar, foi feio. Porrada, ela já levou muita porrada desse povo.

O repúdio social nos discursos acima evidenciados se apresenta novamente de forma explícita e implícita, porém dual em sua natureza. Essa dualidade se dá porque as manifestações de preconceito se intensificam e se edificam sob dois argumentos de reprovabilidade: i) o fato de ser minoria de gênero, e ii) o fato de estar na rua se prostituindo. Em D1, por exemplo, as manifestações negativas implícitas se apresentam na forma de olhares, ao passo que as manifestações explícitas se mostram de diversas formas, desde o sinal da cruz, que pela fé cristã possui significados também distintos, sendo que pelo principal deles representa um pedido de proteção divina frente a uma agressão à fé, até as agressões físicas. Como manifestação implícita, pode-se exemplificar também, segundo os discursos, o fato de as mídias descontextualizarem casos notórios de violência nas ruas envolvendo minorias de gênero, distorcendo as notícias de modo que os(as) travestis, transexuais ou intersexuais sempre sejam os sujeitos causadores de confusão. O que, segundo os discursos, é inverdade, pois na maioria dos casos essas pessoas estão apenas se defendendo das constantes agressões.

No discurso D2 fica evidenciada a ideia de que as minorias de gênero são desqualificadas pelos demais enquanto pessoas humanas. Essa desqualificação fica implícita pelo fato de que os clientes entenderiam que, por serem como são, essas pessoas estariam em uma situação de inferioridade aos demais (às maiorias), o que justificaria uma obrigatoriedade

de satisfação de toda e qualquer tipo de fetiche sexual. Nesse processo, a negativa por parte do(a) transexual, travesti ou intersexual gera sentimento de revolta e violência, que em muitos casos culminam em morte.

D3, por sua vez, revela as estruturas de poder no (sub)mundo da prostituição. A violência, sempre próxima, leva membros das minorias de gênero que se prostituem a

fazerem alianças com os poderes paralelos não institucionais, por dois motivos: i) alguma forma de proteção, dada a negligência do Estado, e ii) uma forma de pagamento de “aluguel” pelo “ponto de prostituição”, uma vez que a rua nesse contexto não é pública, mas propriedade privada de determinadas facções. O não pagamento dessa “propina” desencadeia a perda do direito de uso ao “ponto”, que geralmente vem acompanhada de uma violenta desapropriação e pela cobrança da dívida pelo uso da força, inclusive com a prestação de serviços forçada, sejam eles sexuais, pela venda de drogas ou como “mulas” do tráfico, atravessando estados e países clandestinamente com pacotes de drogas dentro do corpo ou presos a ele. Já o discurso D4 revela outras mazelas do mercado sexual de minorias de gênero, denunciando um cotidiano desumano e violento que leva, inclusive, à completa negação da natureza transexual, travesti ou intersexual que gera tentativas de “voltar atrás” nesse processo. Tais tentativas são evidentes formas de buscar uma “normalidade” discursivamente construída, uma fuga, evitando assim, o desgaste diário de se assumir transexual ou travesti.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESTRUTURAÇÃO CÍCLICA DO PRECONCEITO

Muito embora não seja regra, na maioria dos casos as minorias de gênero sofrem rejeição quando se assumem. As instituições sociais se afastam. A igreja demonstra uma das mais curiosas reações, pois sob um discurso de perdão e inclusão se apresenta como uma espécie de segunda casa para as pessoas, mas quando um(a) transexual ou travesti a procura como refúgio é aceito somente sob algumas condições, principalmente nas igrejas de vertente evangélica. Essas condições se situam em torno do comprometimento da pessoa em se aproximar de Deus, deixar de lado sua condição diferente e viver como a natureza (Deus) a fez, se redimir do seu “pecado”. Trata-se de uma forma clara de se incluir excluindo. Da mesma forma que a igreja, o mercado de trabalho também registra suas condições para incluir as minorias de gênero, que geralmente é que ela deixe de ser (ou aparentar ser) transexual, travesti ou intersexual. Diante disso, a prostituição se apresenta como solução. Como visto nos discursos, algumas das pessoas que mais condenam as diferenças das minorias de gênero durante o dia são as que as procuram durante a noite para a contratação de serviços sexuais. A prostituição, também vista como pecado, é apenas mais uma das características condenáveis imputadas às minorias de

gênero, porém é a que mais lhes causa revolta, pois a dinâmica do mercado sexual, de transexuais e travestis principalmente, sintetiza a hipocrisia da sociedade.

O que causa comoção nos entrevistados quando se fala de prostituição é o fato de que pessoas que promoveram a marginalização do(a) transexual e do(a) travesti por meio de seus atos ativos ou omissivos são as mesmas pessoas que condenam a prostituição, assim como são as mesmas pessoas que fazem uso do serviço sexual prestado e que também promovem agressões à quem se prostitui. São essas mesmas pessoas, também, que se por acaso vierem a ter um filho ou filha com as características das minorias de gênero, provavelmente, reiniciarão o ciclo do preconceito, excluindo esse membro do grupo familiar. Os entrevistados formulam por meio dos discursos a seguinte questão: qual a chance que nos dão de nos incluirmos à sociedade? Sendo a resposta dada pelos mesmos, sinteticamente: As pessoas que detém a prerrogativa de nos incluir são as mesmas que nos excluem reiteradamente, por sermos minorias de gênero e por nos prostituirmos.

A pessoa que nega emprego às minorias de gênero é a mesma que paga pelo sexo. O pai que expulsa a jovem transexual de casa é o mesmo que deixa a esposa em casa dormindo e vai à procura dos serviços sexuais dessas pessoas. O padre ou pastor que as convidam para sua igreja é o mesmo que diz que elas são “coisa do demônio” e que para poderem entrar no templo devem se descaracterizar enquanto pessoa, abrir mão de sua identidade. Certamente esse é o maior dilema das minorias de gênero que se prostituem, pois o ciclo do preconceito está imposto há muito tempo por meio do repetitivo discurso heteronormativo. Quando o elemento prostituição não está presente, ou seja, quando o membro das minorais de gênero não se prostitui tal ciclo do preconceito também se manifesta, pois as instituições alimentam a rejeição às diferenças ao longo das gerações, fazendo do preconceito verdadeira herança. Isso se dá por meio da reprodução do discurso heteronormativo que estrutura e mantém estruturada a hegemonia heteronormativa em um ciclo que precisa ser quebrado. Outra questão levantada nessa altura da pesquisa é a necessidade de se difundir conhecimento sobre as diferenças entre os membros da comunidade LGBTT, visto que, conforme apontado, as pessoas tendem a incluí-las em um grande grupo chamado homossexuais, ou pior em “homossexuais normais”, como se os três grupos tratados na pesquisa fossem ainda menos “normais” que este outro grupo, que já é tachado por muitos como “anormal”. Nesse sentido, o(a) transexual, o(a) travesti e o(a) intersexual se situariam em uma escala mais “anormal” ainda. Os discursos trazem

explicações diversas para a transexualidade e a travestilidade, desde algumas bastante simples até algumas mais científicas. O que importa é que muitos sentem essa necessidade. As pessoas acabam reproduzindo o preconceito aprendido sem sequer saber a razão disso e há uma demanda muito grande de uma reeducação social nesses moldes. O Estado deve programar políticas públicas com esses fins, além de tentar dissociar ao máximo no quadro de servidores a religião do serviço público.

Diante da reflexão apresentada, é possível concluir que a heteronormatividade como figura hegemônica se mantém como estruturadora social, posição de onde somente sairá mediante uma reestruturação do pensamento sobre as questões relacionadas à sexualidade humana. Nesse viés, logo se vê a dinâmica hegemônica estabelecida por meio de discursos de dominação que buscam a manutenção das instâncias de Poder, de Controle e de Acesso sociais. À medida que tal estrutura se mantém as minorias de gênero permanecerão como tal e de uma proposição dialética entre preconceito e dominação surgem suas necessidades humanas próprias.

A qualidade de vida do ponto de vista das minorias de gênero se apresenta como a possibilidade de ter uma vida equivalente a de todos os que não estão inseridos no grupo das minorias de gênero. Isto é, sem o eterno constrangimento de ser reprovado cotidianamente por ser o que é. O direito de Ser, nessa perspectiva, é violado, pois os pré-julgamentos corroboram para a institucionalização de um eterno “estado de alerta” na mente dessas pessoas. Seria como viver em um campo minado, onde a qualquer momento, com apenas um passo em falso, há a possibilidade de haver uma explosão. Apesar da conotação metafórica, a explosão se manifesta em forma de opinião, de reprovação, de pequenas ou grandes violências que obrigam as minorias de gênero a se refugiarem em seus próprios círculos. Tal isolamento é apenas o ápice de um longo processo de marginalização que definitivamente impossibilita uma vida com qualidade. Esta hipótese tem como pressuposto o fato de que a identidade de gênero muitas vezes acaba sendo confundida com orientação sexual dos indivíduos e por serem ambas as concepções “diferentes” do gênero e da sexualidade humana, respectivamente, geralmente sobrepõe-se ao status de cidadão das pessoas. Diante disso, notadamente as minorias de gênero, por sua condição diferente, certamente possuem necessidades também diferentes dos demais. Esse contexto de constante reprovabilidade propicia uma autculpa, a internalização do preconceito e a tentativa de fuga da realidade de minoria de gênero. Essa fuga é o ápice de

um processo selvagem que se inicia, como se verificou, no seio da família e passa pela escola, pelo mercado de trabalho, pelas relações sociais, pelo viver em sociedade, acompanhando as fases da vida dessas pessoas. A mitigação da qualidade de vida dessas pessoas é causada direta e indiretamente pelo preconceito. Nesse viés, é sabido que a qualidade de vida é requisito para o desenvolvimento humano, assim como o afeto, a educação, a saúde, o trabalho e qualquer outro elemento que contribua para a potencialização do bem-estar individual da pessoa humana, assegurando-lhe a dignidade. Dessa forma, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento estabeleceu em seus relatórios anuais que o desenvolvimento humano é direito de todos e é dever das instituições assegurar seu gozo em plenitude.

Sob tal premissa apareceu a necessidade de se responder de que forma e se de fato a marginalização influi nesses quesitos. Sabe-se que a população que compõe as minorias de gênero, neste caso os transexuais, os travestis e os intersexuais foram e continuam sendo vítimas das formas mais opressivas e excludentes de discriminação que durante muitos séculos construíram e determinaram o viver em sociedade. Uma vez que estar no polo passivo de uma manifestação preconceituosa não é um dos elementos que compõem a qualidade de vida, imagina-se que tal dinamismo funciona como critério excludente que acaba por dificultar o acesso das minorias de gênero ao “bom viver”, colocando em sério risco a sua qualidade de vida, condenando-as à marginalização social e ao atrofiamento daquilo que se entende por desenvolvimento humano. Assim, quando se questiona sobre o que pode ser feito para solucionar os problemas identificados, assegurando, de acordo com os princípios dos direitos humanos e do disposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o desenvolvimento humano e social dessas minorias, tem-se como possível resposta que: em última instância, isto equivale a dizer que, dada a condição de vulnerabilidade das minorias de gênero, é preciso traçar estratégias para assegurar-lhes os direitos inerentes à pessoa humana. Tais estratégias, no entanto, devem embasar-se nas diretrizes do PNUD para a fomentação do Desenvolvimento Humano, bem como na legislação brasileira e nos avanços conquistados em solo nacional, e propor medidas que favoreçam a plena inclusão social dessas minorias. Diante disso torna-se evidente que o modelo de desenvolvimento, tal como está estabelecido, não contempla todas as possibilidades de potencialização do bem-estar individual, havendo, nesse sentido, uma necessidade de reestruturação das políticas, que deverão enfatizar a pessoa humana no

processo de desenvolvimento. Para tanto, a qualidade de vida deve ser experimentada por todos os grupos sociais, independentemente de origem, raça, cor, condição sexual, etc.

REFERÊNCIAS

- ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Manual de comunicação LGBT. Curitiba: Ajir Artes, S/D.
- AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- ALMEIDA, Marcos Antônio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: EACH/USP, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNADJER, Fernando. O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.
- AYLWIN, Patricio. Os desafios do desenvolvimento humano na América Latina. Tradução: Jean François Clever. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997. (Coleção Idéias e Debates, n. 13).
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Qualidade de Vida e ambiente: uma temática em construção. In: BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas (org.). A temática ambiental e a pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998, p.401-423.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. Da transexualidade oficial às transexualidades. In. PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/> > Acesso em: ago./2014.
- BURREL, G.; MORGAN G. Sociological paradigms and organizational analysis. Partes traduzidas por Sylvia Vergara. Londres: Heinemann, 1979. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHILAND, Colette. Transexualismo. São Paulo: Loyola, 2008.
- ELIZALDE, Antonio. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. Interacciones – revista internacional de desenvolvimento local. v. 1,n.1, p.51-62. Campo Grande-MS, Set./2000.
- ELIZALDE, Antonio. La propuesta de Desarrollo a Escala Humana. In. PNUMA, Programa de las Naciones Unidas para el medio Ambiente. Desarrollo humano y ética para la Sustentabilidad. México/Santiago: PNUMA/Universidade Bolivariana, 2003.
- ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martin; MAX-NEEF, Manfred. Desarrollo a escala humana: opciones para el futuro. Madrid: Biblioteca CF+S, 2010.
- FELIPE, Jane. Sexualidade na Infância: dilemas da formação docente. In. XAVIER FILHA, Constantina (Org.). Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, UFMS, 2012.
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FURTADO, Celso. Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Paz e Terra, 2000.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Tradução de Alexandra Figueiredo. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.
- GUERRA, Judite. Identidades de gênero e sexo na infância. In. XAVIER FILHA, Constantina (Orgs.). Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, UFMS, 2012.

- JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2. ed. Brasília: 2013. Publicação online, sem tiragem impressa. Disponível em: www.researchgate.net/...Identidade.../02bfe50eebe482dd4c000000.
- LEITE JÚNIOR, Jorge. Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. "Nas redes do conceito de gênero". In: LOPES, M.J.D.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R.; (orgs.). Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições. n.2, v.19, mai./ago./ 2008.
- MARQUES, Heitor Romero. Desarrollo Local en la escala humana: una exigência del siglo XXI. Campo Grande: Gráfica Mundial: 2013.
- MAX-NEEF, Manfred A. Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Editorial Nordan-Comunidade, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira; BUSS, Paulo. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Ciênc. Saúde Coletiva, vol. 5(1), p. 7-18, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100002&script=sci_arttext
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 16. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias. Ano 11. n. 21. Porto Alegre: Jan./jun. 2009, p. 150-182.
- NERY, João W. Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

- OMS. Organização Mundial da Saúde. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Social science and medicine. v.41, n.10, 1995, p.403-409.
- PELÚCIO, Larissa. Nos nervos, na carne e na pele – etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids. (2007). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.
- PICAZIO, Cláudio. Diferentes desejos: adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: GLS, 1998.
- PICAZIO, Cláudio Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: GLS, 1999.
- PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. In. SCHILLING, Maria Luiza Bernardi Fiori. Caderno de Direito Constitucional: direitos humanos e o direito constitucional internacional. Porto Alegre: Esmagis/TRF4, 2006.
- PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 1990. Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 1990.
- PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2000. Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2000.
- PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2007.
- PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2009. Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2009.
- PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2010.
- PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2011. Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2011.

- PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. Nova York: PNUD, 2013.
- PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Informe sobre Desarrollo Humano 2014. Versión preliminar de la traducción para el español. Nova York: PNUD, 2014.
- _____. O que é desenvolvimento humano. (online) Disponível em: <
http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH>
- RAMSEY, Gerald. Transexuais: perguntas e respostas. São Paulo: GLS, 1998.
- SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. Diversidade sexual e suas nomenclaturas. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). Diversidade sexual e direito homoafetivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- SILVA JÚNIOR, Assis Moreira. As minorias sexuais e as políticas públicas do governo federal: entre avanços e retrocessos. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE). n.1. v.2, Barretos-SP: 2013.
- SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquíria A. Rossi. Bases teóricas de BemEstar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho. Psicologia: Teoria e Pesquisa. n.2, v.24, p.201-209, Brasília, 2008 (online). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/09.pdf>>.
- WINCK, Gustavo Espíndola. Transexualidade masculina e família: considerações sobre o gênero e a rede de apoio social. In. STREY, Marlene Neves; NETO, João Alves da Silva; HORTA, Rogério Lessa (Orgs.). Família e Gênero. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.